

# Emprego, família e actividades comunitárias: uma relação mais equilibrada para mulheres e homens

## Síntese

M. Guerreiro, CIES, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisbon

A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho é um organismo autónomo da União Europeia que visa, através de investigação e diálogo, contribuir para a formulação de futuras políticas para a melhoria do ambiente de vida e de trabalho. Para obter mais informações consulte a página da Fundação na Internet: <http://www.eurofound.ie/>

*O presente relatório está apenas disponível em formato electrónico e não foi submetido ao processo normal de controlo editorial da Fundação.*



FUNDAÇÃO EUROPEIA  
para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

O presente relatório de pesquisa procura dar conta dos principais resultados do projecto *Emprego, família e actividades comunitárias: uma relação mais equilibrada para mulheres e homens*, o qual teve por objectivo o estudo dos serviços prestados às famílias. Neste tema incluíram-se preocupações de conhecimento da realidade portuguesa no que respeita ao modo como estes serviços contribuem para a criação de emprego, para a conciliação entre responsabilidades familiares e actividades profissionais e ainda para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na família, no emprego e na vida social em geral. Procurava-se também identificar casos inovadores e que constituíssem exemplo de boas práticas.

A pesquisa envolveu um processo de recolha de informação a três níveis:

- a) a nível macro, e de carácter documental, sobre as principais mudanças sociais ocorridas em Portugal nas últimas décadas, bem como sobre as políticas sociais nacionais, de um modo ou de outro com preocupações de criação de emprego especificamente nestas áreas, e de promoção da igualdade de oportunidades e da conciliação entre vida profissional e vida familiar.
- b) a nível meso-local, envolvendo além de pesquisa documental, trabalho de terreno com entrevistas a informantes privilegiados tanto em organismos oficiais como em instituições empregadoras de trabalhadores na área da prestação de cuidados pessoais e de serviços domésticos, em duas localidades da área metropolitana de Lisboa – Localidade A (Oeiras e Cascais) e Localidade B (Loures e Vila Franca de Xira) com características populacionais distintas em termos etários e a nível da respectiva composição socioprofissional.
- c) a nível micro, através da realização de entrevistas a trabalhadores que se ocupam da prestação de serviços às famílias, designadamente das área dos cuidados a idosos, dos cuidados a crianças e das limpezas domésticas da casa e de roupas. Isto no intuito de proceder à respectiva caracterização social e familiar, de conhecer as suas trajectórias profissionais, as condições em que exercem a respectiva actividade profissional, o grau de satisfação e motivação relativamente ao trabalho que desempenham, bem como as dificuldades e expectativas que manifestam no campo da conciliação do trabalho com a vida familiar.

Em termos sucintos, pode dizer-se que do conteúdo deste relatório, organizado em quatro capítulos, se extraem os aspectos a seguir enunciados sobre a sociedade portuguesa e o emprego nos serviços às famílias.

Em primeiro lugar são referidas as rápidas mutações sociais de que Portugal foi palco sobretudo desde princípios da década de 70, que o fizeram deixar de ser uma sociedade eminentemente tradicional, agrícola e com um regime político ditatorial, para instaurar um regime democrático e ingressar no caminho da modernidade, nomeadamente através da integração na União Europeia em 1986.

Destacam-se aqui indicadores sociais e demográficos através dos quais se constata o acelerado aumento da escolaridade, sobretudo da escolaridade feminina, a recomposição sócio-profissional das populações, com um forte crescimento do emprego nos serviços e uma das mais elevadas taxas de actividade feminina a tempo inteiro. No campo das dinâmicas familiares sobressai a coexistência de padrões tradicionais com padrões de modernidade,

visível na muito elevada taxa de nupcialidade, na grande proporção de casamentos católicos embora em decréscimo, na não muito elevada taxa de divórcios, ainda que em crescimento, na acentuada descida da taxa de natalidade e no crescente número de filhos nascidos fora do casamento.

Sobre as políticas sociais há a referir que antes da revolução de Abril de 1974 existia em Portugal um sistema de segurança social muito incipiente e que foram os primeiros governos provisórios e a Constituição da República Portuguesa de 1976 a consagrarem o alargamento da segurança social a todos os cidadãos, nomeadamente no campo da protecção no desemprego. No domínio da protecção social refira-se também o papel da Igreja Católica e das Misericórdias por um lado, e a partir de finais dos anos 70, na maioria dos casos por iniciativa de párocos e das respectivas paróquias, mas também resultado da iniciativa de populações locais, das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou das cooperativas de solidariedade social, cujos corpos dirigentes desenvolvem na maior parte dos casos esta actividade em regime de voluntariado. Em geral estas instituições funcionam com o apoio do estado e as famílias beneficiárias dos serviços pagam prestações variáveis em função dos rendimentos declarados.

Apesar de criadas através de uma perspectiva sobretudo de carácter assistencialista e de apoio às famílias carenciadas, estas instituições constituíram o primeiro passo para a criação de infraestruturas de apoio a crianças e, numa segunda fase, a idosos. Na legislação que regulamenta a existência destas instituições e os apoios que recebem do estado, não se via ainda, nessa altura, a preocupação de criação de emprego, nem tampouco eram ainda completamente explícitos os princípios da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no emprego e na família.

Por outro lado, as primeiras políticas de combate ao desemprego, datadas da década de 80, não evidenciam a necessidade de criação de actividades relacionadas com a prestação de serviços às famílias. É já dos anos 90, e mais especificamente da segunda metade desta década, o surgimento de uma nova perspectiva de articulação entre solidariedade social, criação de emprego e conciliação entre trabalho e vida familiar. Destacam-se aqui as Iniciativas Locais de Emprego e o Programa RIME e ainda mais recentemente toda a filosofia do Mercado Social de Emprego. Dos 4000 postos de trabalho criados entre 1997 e 1999 ao abrigo destas medidas, cerca de 1/3 inscrevem-se na área dos serviços às famílias ou em actividades afins. O Plano Nacional de Emprego inclui desde 1998 uma ampla lista de medidas que integram e aprofundam estes programas, começando a surgir uma nova perspectiva de prestar apoio e fornecer serviços às famílias não carenciadas economicamente. A filosofia da Rede Ajuda - dirigida simultaneamente a idosos dependentes e a mulheres desempregadas - inscrita nos Planos Regionais de Emprego do Alentejo e da Área Metropolitana do Porto vai nesse sentido. Por outro lado está prevista a generalização da educação pré-escolar, o que poderá levar à criação de perto de uma dezena de milhar de postos de trabalho.

Do ponto de vista da evolução do emprego nestas áreas, a nível nacional, segundo dados do INE, importa referir que o pessoal dos serviços pessoais e domésticos representa actualmente 15% do emprego em Portugal. Em termos de divisão sexual do trabalho verifica-se ser uma área acentuadamente feminizada que ocupa 575 milhares de mulheres e 130 mil homens. No total do emprego do país estes valores correspondem a 27% da população feminina empregada e a 5% da população masculina.

As estatísticas da Segurança Social sobre o número de trabalhadores dos serviços domésticos, embora com as necessárias precauções analíticas, evidenciam nos últimos 20 anos um contingente de cerca de 200 mil trabalhadores inscritos, sendo na sua grande maioria mulheres.

Por outro lado, dados também da Segurança Social sobre os equipamentos da acção social, respectivos utentes e número de trabalhadores, revelam que desde 1980 é 3 vezes maior o número de pessoas que trabalham nos cuidados a crianças (cerca de 30 mil em 1997) e 5 vezes mais as que prestam cuidados a idosos (cerca de 20 mil). As listas de espera dos utentes, porém, evidenciam a necessidade de criação de muitos mais postos de trabalho nestas áreas: há 24 mil crianças e 26 mil idosos candidatos a lugar em estabelecimentos além de outros potenciais utilizadores interessados.

Os estudos a nível local evidenciam as mesmas tendências quanto à evolução do emprego em serviços de apoio às famílias. Não tendo sido possível ir a um grau de desagregação tão fino quanto aquele a que se foi a nível nacional, pelo facto de as estatísticas oficiais não terem fornecido informação com esta desagregação, apenas se conta com as estatísticas do Ministério do Trabalho e Solidariedade, as quais revelam ter havido importante crescimento no emprego em serviços de apoio à infância e à terceira idade, e também em serviços de limpeza de roupas e de preparação de alimentos.

Do ponto de vista da qualidade do emprego nestes serviços, constata-se que na generalidade se trata de actividades profissionais feminizadas, pouco valorizadas, mal remuneradas. Exceptua-se aqui, em parte, o pessoal que trabalha com crianças, sobretudo as educadoras de infância, pelo menos as das instituições públicas, com melhores remunerações e melhores horários. Existem, porém, várias regulamentações colectivas de trabalho que introduzem oscilações significativas nos montantes salariais e tempos de trabalho.

Os exemplos inovadores identificados a nível local tanto se referem a instituições públicas de cuidados a pessoas, com um conjunto de actividades, modos de funcionamento e condições de trabalho susceptíveis de serem considerados boas práticas, como a pequenas iniciativas empresariais privadas, as quais apesar de não se terem desenvolvido o suficiente para poderem oferecer boas condições de trabalho, se perspectivam no sentido de proporcionar às famílias a satisfação de necessidades domésticas várias, desde a limpeza e manutenção da casa, ao tratamento das roupas e ao cuidado de pessoas, crianças, doentes ou idosos. Quer umas quer outras podem constituir o que no relatório se designou por *novas gerações de serviços pessoais*.

A conciliação do trabalho e da vida familiar destes trabalhadores é também analisada, tendo sido identificadas dificuldades, estratégias actualmente desenvolvidas para as solucionar e expectativas. Resumidamente pode dizer-se que as expectativas das pessoas abarcam uma pluralidade de instâncias: a família, onde gostariam de contar com maior partilha de tarefas ou com apoios profissionalizados; o emprego, onde gostariam de trabalhar menos horas, em tempos ajustáveis às suas necessidades familiares e pessoais, e com acesso aos serviços de que elas próprias são prestadoras (cuidado de idosos e crianças; tratamento de roupas); a comunidade, onde desejariam encontrar transportes em horários mais convenientes para terem facilitados os percursos entre o local de trabalho e a residência; o estado, para proporcionar infantários a preços económicos.

Por fim, nas conclusões deste relatório é feito o balanço de toda a pesquisa realizada e são avançadas propostas para o desenvolvimento de medidas que venham a qualificar e remunerar melhor o emprego nestas actividades, que incentivem a criação de serviços inovadores necessários às famílias e que contribuam para a igualdade de oportunidades na sociedade em geral. Serviços às famílias em preços comportáveis com os respectivos rendimentos tanto podem ser um elemento promotor da conciliação trabalho-família e da igualdade para as mulheres que presentemente acumulam uma dupla jornada de trabalho, como para aquelas que encontram nestas actividades um espaço de inserção profissional e de autonomia pessoal, se também puderem por sua vez aceder a tais serviços enquanto utilizadoras.